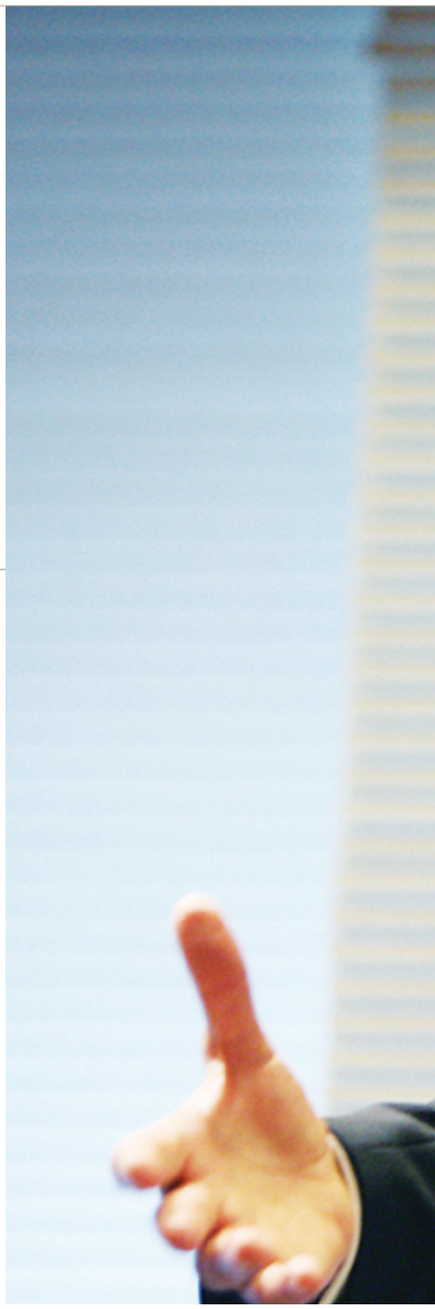

Marcelo Rebelo de Sousa

Optimismo na vontade

Temos uma capacidade de resiliência e a resiliência só precisa ser potenciada, transformada numa resiliência activa.

Confesso-vos que este é um tema sobre o qual tenho pensado recorrentemente, portanto, este é o ponto da situação no dia 2 de Junho de 2009. Não será provavelmente a última elaboração sobre a matéria, mas é a mais recente que eu queria partilhar.

Um debate que atravessa a história política portuguesa e a história do pensamento político português é o debate entre optimistas e pessimistas. Os optimistas normalmente são identificados como idealistas e os pessimistas como realistas. Mas não é verdade. Temos idealistas pessimistas - pensemos no Sebastianismo frustrado de Fernando Pessoa ou do próprio Padre António Vieira em alguma fase da sua vida -, temos realistas optimistas - pensemos nos republicanos no final da monarquia, pensemos em António Sérgio ou em Eduardo Lourenço. Temos de tudo, embora eu admita que normalmente os idealistas são optimistas, os optimistas são idealistas, os realistas são pessimistas, os pessimistas são realistas.

Este é um debate longo, que vem desde a independência de Portugal, logo ali houve optimistas e pessimistas sobre a sorte de D. Afonso Henriques, repetiu-se na crise 1383/85, novamente nas Descobertas - o velho do Restelo todos o conhecemos - mais tarde, e para simplificar, numa fase crucial que foi a da "decadência" nacional no final do século XVI, princípio do século XVII. O debate se Portugal tinha ou não um destino, se Portugal tinha ou não viabilidade, o que é que se esperava e o que é que se queria para Portugal, é renascido em pleno século XVIII, domina o século XIX, desde as gerações de Herculano e de Almeida Garrett, até aos Vencidos da Vida e aos republicanos. Houve mesmo quem se chegasse a definir como pessimista no diagnóstico e optimista na terapêutica, foi o caso dos integralistas de um lado e modernistas do outro, e o facto é que esse debate não nos abandona, é um dos encantos da maneira de ser português. Porventura é uma maneira de ser português. Esse debate está presente em Miguel Torga, em António José Saraiva, em Fernando Gil, em José Gil.

E com este debate há um outro, muito interessante, que ocupou um dos bons pensadores em meados do século passado, Jorge Dias. Há uma maneira de ser português que faz cada vez menos sentido numa Europa multicultural, ou multiétnica, multirreligiosa, há essa indagação que tanto ocupou Jorge Dias: há características da alma portuguesa?

E por estranho que pareça, antes passarmos a coisas que nos parecerão muito mais interessantes, porque penso que tem havido pouco diálogo nesta matéria, entre politólogos, sociólogos, economistas, políticos de um lado e filósofos do outro, escolhi três textos para abertura de apetite.

Primeiro, o Teixeira Pascoais, um homem que conhecia boa parte do idealismo português do século XX - Agostinho da Silva, a escola da filosofia portuguesa, Álvaro Ribeiro, José Marinho - só para recordar que ele dizia que havia algumas qualidades e alguns defeitos do ser português: as qualidades eram o génio da aventura, o espírito messiânico, o sentimento de independência e liberdade; os defeitos eram, a seu ver, a falta de persistência, a tristeza, a inveja a vaidade susceptível, a intolerância, o espírito de imitação.

Um outro texto, este mais curioso, é de um brasileiro. É um grande conhecedor da literatura portuguesa, mas ficou conhecido sobretudo por ter dado asilo político ao Humberto Delgado, Álvaro Lins. Álvaro Lins, que conheceu muito bem a nossa literatura e sobre ela escreveu, diz o seguinte num discurso sobre Camões e Portugal:

"São diversos e variados aspectos exteriores das regiões de

Portugal, mas ainda mais variados e diversos são os homens portugueses, ao mesmo tempo éticos e práticos, aventureiros e rotineiros, formalistas e displicentes, exuberantes tanto em gesto como em palavras e quase sempre muito reservados quanto à vida intima, amantes apegados da sua terra e dispersos pelas sete partidas do mundo, inquietos, desajustados ainda em busca de estilos e formas de expressão, quando outros da mesma realidade já se petrificaram, ou encerraram o seu ciclo de civilização, homens de muitos séculos, com um comportamento de mocidade em fase da vida, seres de muita tradição que se mostram capazes de recomeçar em cada momento as experiências dos povos jovens, homens, enfim que representam o espírito de um povo, do qual pode dizer por tudo isso que é digno mas não é velho, são tão sonhadores os portugueses que o movimento realista do século XIX se misturou na literatura portuguesa com o lirismo e romantismo, e tão realistas que o que choque Lusitano, tão diferente do espanhol Cervantes, não foi figura de ficção, mas um ser vivo o Rei S. Sebastião, ao mesmo tempo um homem comum e um mito transfigurador."

Podia citar mais, mas não resisto a citar alguém que é considerado um idealista, mas que fez, a este propósito, um retrato muito curioso do português no final do século XIX: Eça de Queiroz, n' *A Ilustre Casa de Ramires*. A certa altura falava-se sobre o fidalgo da casa de Ramires e surge esta definição - talvez se riam, mas eu sustento a semelhança:

"Aquele todo de Gonçalo, a franqueza, a doçura, a bondade, a imensa bondade, que notou o Sr. Padre Soeiro... Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua ideia... A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, e sentimentos de muita honra, uns escrúpulos, quase pueris, não é verdade?... A imaginação que o leva sempre a exagerar até à mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre atento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar... A esperança constante nalgum milagre, no ve-

lho milagre de Ourique, que sanará todas as dificuldades... A vaidade, o gosto de se arrebicar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acovarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha Torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África... Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?

— Quem?...

— Portugal."

Mas que introdução tão curiosa é esta? Começar por aquilo que seria muito interessante num encontro literário ou filosófico, não é certamente num encontro de politologia. Foi intencional esta introdução, porque não faz sentido, que discutam esta temática de um lado os filósofos e os literatos e os cultores da literatura portuguesa, e de outro, os politólogos, sociólogos, os economistas e os políticos.

Eu não vou pelo caminho de dizer que há uma alma nacional. Mas vou pelo caminho de encontrar algumas características que penso que são discutíveis, como tudo na vida, mas algumas delas são comprováveis historicamente e são importantes, quando falamos de desafios e bloqueios em Portugal no ano de 2009.

Somos um Estado-Nação, dos mais antigos Estados-Nação da Europa; temos uma homogeneidade histórica, cultural e linguística que já vem sendo rara, apesar de tudo, nas sociedades contemporâneas; desde muito cedo e por força das circunstâncias, temos uma apetência do mar, a que seguiu o ciclo das descobertas e o que alguns chamam o tropismo atlântico, ligado ao universalismo, à capacidade de adaptação a mais diversas latitudes e longitudes; a influência do Catolicismo foi muito importante na unificação do Estado, na sedimentação da Nação na sua projecção multi-continental.

Mas também temos de admitir, como preço, um ultra-montanismo que implicou suspeição em relação ao juro, ao lucro, ao liberalismo que marcou a história portuguesa desde de antes da inquisição e para além dela. Um cepticismo recorrente, alguma mutabilidade de ideias e de padrões de comportamento, em momentos muito frequentes o improviso prevalecente sobre a preparação metódica sistemática. A dificuldade de afirmação do espírito comunitário no dia-a-dia, um atraso educativo muito flagrante desde o momento em que terminou a fase áurea do ciclo dos descobrimentos — em que liderámos o acesso à ciência e ao conhecimento - perdemos a liderança por virtude de um fenómeno de estrangeirismo; houve uma tentativa de recuperação, no século da luz, que perdemos definitivamente no século XIX, um século que marca o nosso atraso económico, social, político e, mais importante, educativo. Uma dialéctica entre um passadismo conservador e um apelo superficial fugaz de fobias clubistas, a primazia da divergência às vezes superficial sobre o consenso profundo, a docilidade perante a autoridade, sob a aparência de sermos uma sociedade difícil de governar. Estas são algumas características culturais.

O país enfrentou quatro desafios praticamente em simultâneo: a descolonização, a democratização, a integração europeia e a integração de uma nova economia.

Entre as sócio-económicas, eu escolheria apenas algumas: problemas de institucionalização e socialização, dificuldade em criar instituições duradouras, problemas de afirmação da sociedade civil perante o Estado, atraso na actualização da agricultura - que se tornou muito patente a partir do período do século XIX -, atraso de um século no mínimo na industrialização, falta de radicação do liberalismo económico e social. Não houve uma burguesia semelhante às outras burguesias europeias no liberalismo português, que desse um substrato maioritário sedimentado, significativo. ao fenómeno do liberalismo político.

Politicamente, das primeiras monarquias absolutas da Europa, das últimas a deixarem de o ser; o Salazarismo em rigor, é um antigo regime pré-liberal, mais do que um fascismo contemporâneo. O peso excessivo do poder político do Estado está presente ao longo de séculos na economia, na vida social, na vida educativa e cultural, em geral, na sociedade. Apelo das roturas nas transições constitucionais, debilidade do sistema de partidos, criado sempre de cima para baixo, e uma característica que hoje já nos diz pouco, mas foi muito importante: a intervenção crónica das forças armadas na vida da sociedade portuguesa.

Também há algumas características jurídicas, que não são irrelevantes para explicar alguns bloqueios: a mistificação da constituição e da lei, por influência francesa - aquele terrível século XIX de influência francesa -, a minimização do costume até há muito pouco tempo (vamos agora numa nova leva que vai no sentido da jurisprudência), o positivismo legalista, muitas vezes nominalista, a juridocracia, um governo dos juristas, o formalismo conceptual fugindo muitas vezes à ponderação de interesses ou valores.

Vamos então para os anos 60 e 70, que já são mais recentes, e simplificando o que todos sabem, foram marcados pela guerra, ou guerras, pela imigração sobretudo para a Europa, pelas migrações internas dos vários interiores para o litoral, a começar na área metropolitana de Lisboa, pelo crescimento económico apreciável, que já vinha dos anos 50. A fase final desse período é marcada por grandes modificações que levam - algumas que ainda hoje se discutem - a acabar no Alqueva e a continuar em Sines. Temos a viragem para a Europa em termos de emigrantes, de remessas de emigrantes e balança comercial. Temos o fenómeno da urbanização acelerada, quando as cidades deixam de ser centros urbanos de base rural que eram no Portugal nos anos 40, começo dos anos 50, para passarem a ser verdadeiramente realidades autónomas das raízes rurais, o crescimento da classe média. Desse período final dos anos 60 e início dos anos 70, há outras características que duraram até hoje, por exemplo, a intersindical. A unicidade sindical começa na abertura sindical do Marcelismo às primeiras eleições para os sindicatos, constituída pela intersindical, coisa que hoje já não recordamos, mas constitui-se e naturalmente já com uma influência político partidária dominante

que tem hoje; o arranque do serviço nacional de saúde com a fusão das caixas de providência com os centros de saúde então criados. O Veiga Simonismo que dominou a educação em Portugal nos últimos trinta anos - porque nós tivemos como diversos Ministros quase todos os discípulos e colaboradores de Veiga Simão, parou no discípulo dos discípulos que foi o Guilherme d'Oliveira Martins. Em várias colorações e áreas, o Veiga Simonismo marca para bem e para mal as décadas seguintes da educação em Portugal.

Bom, neste quadro, o bloqueio político é mais importante e interessante quando muitos dos observadores economistas da sociedade portuguesa e cenaristas em vésperas do 25 de Abril ainda não tinham a exacta noção da gravidade desse bloqueio. Muitos entendiam que existia o bloqueio, mas não previram as consequências, nomeadamente em termos revolucionários. E chegámos a 1974. E em 1974 o país enfrentou quatro desafios praticamente em simultâneo: a descolonização, a democratização, a integração europeia e a integração de uma nova economia. Nenhum outro antigo império da Europa Ocidental enfrentou no mesmo tempo histórico todos estes desafios, a Espanha descolonizou no século XIX; a França e a Inglaterra já tinham democracias relativamente sólidas e economias de mercado quando descolonizaram e avançaram em tempos diferentes para a aventura Europeia. Portugal fez isto tudo em simultâneo, em três décadas, não houve oportunidade de primeiro fazer a descolonização, depois fazer a implementação democrática em uma década ou duas, a seguir integrar a Europa e finalmente criar uma nova economia. Estes desafios não foram enfrentados com o mesmo grau de êxito, mas qualquer deles era de fôlego.

Primeiro, a descolonização significava pôr termo a um ciclo imperial de cinco séculos, acresce que a descolonização foi tardia, no meio de uma revolução em que se discutia o poder político nas antigas colónias e o poder político na antiga metrópole ao mesmo tempo (podemos sempre discutir se o poder político que se debatia na antiga Metrópole era ou não sobretudo em larga medida por causa do poder político das antigas colónias, sobretudo no caso do Partido Comunista Português, mas isso é uma discussão interminável).

A democratização - pela primeira vez Portugal ia ter uma democracia, construída a partir de uma revolução com forte controlo e tutela militar que durou até 1982. Foi um processo de oito anos, de 1974 a 1982, em que a democracia não tinha precedentes a nível nacional nem a nível local.

Terceiro, a integração europeia. É certo que Portugal tinha integrado a EFTA, o que já tinha sido uma mínima revolução para a lógica autárquica originária do Salazarismo, é certo que mais um outro aspecto interessante tinha sido negociado e celebrado em 1972 - um acordo preferencial com as comunidades europeias -, mas não é exactamente o mesmo que a integração em pleno direito, e Portugal fez em doze anos o percurso que grandes economias fizeram em 40, consolidando uma zona de comércio livre, afirmando uma união europeia, avançando para um mercado comum e uma união económica, e finalmente chegando a uma união monetária.

Criou-se uma economia de tipo europeu, sem tradição em Portugal, num país em que o liberalismo é, à esquerda, a corrente tradicionalmente mais fraca, e à direita também, pois a direita mais depressa é bonapartista, conservadora, ultramontana - liberal não costuma ser, ou não costumava ser. E a esquerda tradicionalmente, e desde muito cedo, deixou de ser liberal e se é que foi liberal, foi durante um período muito curto na história do país.

O debate se Portugal tinha ou não um destino, se Portugal tinha ou não viabilidade, o que é que se esperava e o que é que se queria para Portugal... não nos abandona, é um dos encantos da maneira de ser português.

Neste quadro é possível distinguir quatro ciclos: o primeiro ciclo, vai de 1974 a 1985. É neste ciclo que de forma sumária se processa a descolonização em dois anos, mesmo que os efeitos que se tenham prolongado nos anos subsequentes, o início da democratização e a sua concretização em 1982, a criação do sistema partidário e a sua estabilização, a definição do sistema eleitoral moldado à imagem e figura do desejo dos principais protagonistas partidários. É muito difícil não associar este ciclo aos quatro pais fundadores da democracia portuguesa - cada qual gostará mais de um do que dos outros, mas isso faz parte da lógica das coisas - Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Álvaro Cunhal, sendo que a justiça manda que se diga que é o primeiro que tem maior influência, quer no processo de revolucionário, quer como primeiro-ministro, quer depois como primeiro Presidente da Republica civil da democracia portuguesa. Mas há outras figuras, Ramalho Eanes, por exemplo, é uma figura que se não pode ignorar ou menosprezar nesta fase.

O segundo ciclo vai de 1985 a 1995, marcado por governos de legislatura, portanto estabilização politica, recuperação financeira, convergência económica sempre que possível com a Europa, revisão da constituição no sentido da aproximação do modelo do regime económico europeu, Fontismo - por isto quero eu dizer investimento maciço em estruturas com base, nomeadamente, nos apoios financeiros europeus - é um período de integração europeia, tem um protagonista que se chama Cavaco Silva e é duradouro. É um período que deixa para o período seguinte, pela lógica das coisas, por equacionar, por ponderar e enfrentar, a educação, a administração publica, a justiça, a segurança social, a saúde, isto é os sistemas sociais e até a própria concretização das reprivatizações, iniciadas em 1992.

Tendo a concordar com os meus amigos estrangeiros que dizem que o saldo do enfrentar estes desafios foi claramente positivo. As mesmas gerações, em 25 anos, sem guerra civil, com grandes custos humanos, económicos e sociais, mas sem o dilacerado definitivo da sociedade, terminaram um ciclo de 500 anos, criaram uma democracia sem antecedentes, entraram aceleradamente um processo de integração europeia e ainda começaram a fazer aquilo que é mais contra a nossa mentalidade que é criar uma economia tipo europeu, uma economia de mercado embora com preocupações sociais.

O ciclo desgraçado foi o ciclo 1995 a 2005. Esperar-se ia desse ciclo que não perdesse as conquistas dos ciclos ante-

riores e que fizesse as reformas sociais, levando até ao fim o processo de privatizador em termos económicos. Infelizmente perdeu várias das conquistas do período anterior e não realizou praticamente nenhuma das reformas que deveria ter realizado, perdeu a estabilidade, perdeu a recuperação das finanças, perdeu a convergência económica com a Europa, enfraqueceu a autoridade do Estado que tinha vindo a consolidar. Não fez nenhuma das reformas sociais, nem da justiça, nem da administração pública, nem da educação, nem da saúde, nem da segurança social. Há um ponto positivo que a meu ver representa a aposta fundamental do primeiro dos protagonistas desse ciclo, António Guterres, e que foi o Euro. Elegeu o Euro como seu objectivo essencial, e não há dúvida, que dessa óptica, esse objectivo foi logrado e houve um consenso nacional apreciável, dos protagonistas políticos e parceiros económicos e sociais para o atingir; tudo o mais acabou por ser sacrificado.

Entrámos no quarto ciclo em 2005, e estamos ainda, pelas minhas contas, a cerca de meio desse ciclo. Quando entrámos no novo ciclo, além dos atrasos seculares, além dos problemas que tinham permanecido dos ciclos anteriores, tínhamos perdido algumas conquistas, tínhamos perdido cerca de dez anos mais nas reformas sociais, e é neste contexto que se soma aos problemas estruturais aqui evocados, e todos conhecem, os problemas conjunturais. Com a crise europeia que atinge Portugal desde antes do fim do ciclo anterior (e está muito ligado às vicissitudes do ciclo anterior), e agora mais recentemente a crise mundial, os problemas estruturais já existiam. Portanto o que houve foi um somatório de factores conjunturais que exacerbaram ou tornaram mais patentes os bloqueios, isto é, as deficiências, os atrasos, as disfunções de tipo estrutural.

E hoje quais são esses múltiplos problemas que há que enfrentar?

Como é evidente, passo por cima dos problemas de crise conjuntural, por uma razão muito simples, estou convicto que quanto à crise conjuntural o momento da saída depende mais de outros do que de nós. Nós podemos obviamente facilitar a saída, e podemos sair de forma diferente em termos estruturais, mas a realidade meramente conjuntural não é a que importa. Pode enfrentar-se, melhor ou pior, a situação de crise, conforme seja mais ou menos duradoura. Podemos tirar melhor ou pior proveito daquilo que suceder no quadro que nos condiciona, que nos limita e nos influencia, mas é evidente que o que importa, como disse o Presidente da Republica, não é sair da crise mas como se sai da crise. E pode sair-se da crise não saindo da crise, isto é, sai-se da crise conjuntural mas não da crise estrutural.

Eu vou pegar nos quatro desafios que defrontámos, para a propósito deles ver as consequências em termos de presente e de próximo futuro para a sociedade portuguesa.

Descolonização — o fim do império significou um novo tipo de Estado. Se o Estado se define por três elementos ou condições de existência, o elemento geográfico — o território; o elemento humano — o povo; e o elemento político — o poder político, não há duvida, que na fase pós imperial temos um território limitado, idêntico aquele que existia há quinhentos

anos antes e temos um poder político também reduzido. Qual é a nossa principal força em termos estratégicos nacionais? É a comunidade humana, é o elemento humano do Estado, e povo é, quer o povo dentro do território, os portugueses nacionais que vivem no território português, quer os nacionais que vivem fora do território português.

E o que é fundamental para a afirmação dessa vitalidade humana? A língua, a educação, a formação, a qualificação, e depois, naturalmente, a projecção em termos culturais amplos. São factores aglutinantes, definidores, essenciais. Acresce que como consequência da descolonização, nós temos hoje um outro desafio que é o da comunidade de países que falam português, a comunidade lusófona, e nesse sentido a língua, a educação, são componentes essenciais dessa preocupação que não é de um partido, de uma personalidade ou de um sector, é da sociedade portuguesa como um todo. Temos naturalmente as comunidades emigrantes em relação as quais perdemos sucessivas oportunidades históricas (já vão para uma terceira geração ou para uma quarta) e nunca essa matéria foi estratégica do ponto de vista nacional, mesmo em termos de lobby, no sentido mais digno do termo. E juntaria mais um desafio que enfrentámos à nossa maneira, de uma maneira doce, suave, de razoável integração, mesmo sem políticas nenhumas, que surgiram sempre tarde e mal, que é o problema da imigração. Portugal foi de forma intensiva, mais do que no passado uma sociedade de imigração, não apenas dos africanos lusófonos ou dos africanos não-lusófonos, mas também dos brasileiros e dos europeus do centro e do leste.

Quando surgiu a política para encarar esta realidade, a maior parte dela já estava resolvida pela natureza das coisas, isto é, já se tinham ido embora, o que aconteceu com uma parte significativa das comunidades da Europa de leste e do centro, que partiram pelo seu pé, fruto da crise, como tinham chegado, em dois ou três anos, em numero significativo, e portanto passaram pela sociedade portuguesa. Não houve sequer possibilidade de equacionar o que significavam do ponto de vista cultural, e tinham, vários deles, em termos de habilitações literárias e em termos culturais, uma componente muito interessante para a sociedade portuguesa e muito enriquecedora. Também é verdade que foram comunidades que em muitos casos se não integraram da mesma maneira que as comunidades africanas ou brasileira. O saldo global em termos de integração apesar de tudo é dos melhores em termos do quadro europeu, mas aí está uma matéria em que nunca houve um debate efectivo, exaustivo, interessante, mas também não houve em relação aos emigrantes, nem em relação à CPLP, portanto, diria que quanto a estes vectores estratégicos nacionais, é raríssimo serem objecto da atenção mínima na sociedade portuguesa.

O segundo desafio, a Democratização. A nossa democracia é simultaneamente muito velha e muito nova. É muito nova, pois se tem trinta e poucos anos e, liberta da tutela militar, tem menos do que isso. O enraizamento dos partidos, fraco em termos sociais, criados de cima para baixo, a debilidade de muitos parceiros económicos e sociais, que projecta a debilidade tradicional do associativismo português; a forma como rapidamente se verificou que havia uma dificuldade de renovação etária nos partidos políticos e nos parceiros económicos e sociais, que nalguns ainda existe e por uma razão - as revoluções cortam gerações e aqui houve gerações que foram cortadas - nós, na verdadeira acepção da palavra, recém-licenciados, iniciando a vida activa, fomos sugados para exercer funções a que se chegava naturalmente trinta anos depois, aos cinquenta anos de idade e não aos vinte, trinta e poucos, e naturalmente, acharam muitos que deviam continuar a exercê-las. Isto significa que a geração dos anos sessenta ocupou os vários poderes.

A renovação nos partidos em termos etários começou praticamente só na viragem do século, nalguns, noutros ainda não começou. Em alguns dos parceiros económicos e sociais, ainda não começou, o que fez com que a geração dos anos setenta se sentisse uma espécie de geração dos anos sessenta bis, esmagada pela geração anos sessenta, que a geração dos anos oitenta se rebelasse contra a geração anos setenta, que a geração dos noventa se desinteressasse da coisa pública e por aí adiante. Foi um preço da realidade vivida mas foi um preço grande. Outros exemplos, para simplificar a dificuldade de renovação e circulação, quer de ideias, quer de pessoas nos partidos políticos, é o papel das mulheres, para o qual a sociedade portuguesa só acordou a nível político na viragem do século e que era praticamente inexistente na vida política; mas mais escandaloso ainda é o papel das minorias imigrantes que não existe ainda. No país político não há uma única (houve esporadicamente um caso ou dois), figura de uma comunidade que equivale pelo menos a quinhentas mil pessoas, que tenha papel relevante no parlamento, no poder local, na direcção de um partido ou na direcção de qualquer parceiro económico social. É um país que existe em paralelo a outro país, mas sem afirmação política.

Existe principalmente uma democracia muito, muito jovem. Mas também muito velha, nós apanhámos rapidamente alguns tiques das democracias clássicas da Europa. Foi o caso, por exemplo, do discurso político, do "politiquês" para usar a expressão de Pacheco Pereira. Apanhámos rapidamente a moda dos partidos de cartel, o que é espantoso, porque com o sistema partidário criado nos anos setenta e que à partida, havia partidos de militantes, o PC, e depois na sua característica muito especial, um pouco contra natura o PSD. Havia partidos de eleitores, e o primeiro foi o PS foi o primeiro a perceber e por isso ocupou o papel central, inicial, na vida politica portuguesa e o PSD só o ocupou quando passou a partido eleitor; e o partido de quadros, o CDS, a simplificar. Rapidamente o PS e o PSD deram um salto, no caso do PSD foi realmente espantoso,

Tem que se começar por se saber que fins prossegue a administração pública, isto é, o que deve ser público e o que deve ser privado. Com alguma estabilidade para não ser rediscutido a cada mutação eleitoral. Depois no que é público, o que é nacional, o que é regional, o que é local, outra coisa que temos tido uma dificuldade em definir.

porque passou de partido de militantes para partido de eleitores e militantes ao mesmo tempo. Contradição interna dramática, partido de militantes normalmente quando estava na oposição, e partido de eleitores quando estava no poder e para chegar ao poder, para o exercer; mas rapidamente passou para partido de cartel e o PS rapidamente se converteu de partido de eleitores para partido de cartel. Isto é, acordando entre eles, quando conseguem acordar, como temos visto em pontos fundamentais do funcionamento ou não funcionamento - também quando não funciona é porque acordaram não funcionar, do funcionamento ou não funcionamento do sistema, encostados ao poder político quer nacional, quer local. Com uma bipolarização que no poder local então é flagrante, no poder nacional pode dizer-se que não é fácil detectar tão claramente. E quando a categoria de partido de cartel surge na dogmática politológica, estamos no início da década de noventa, já o PS e o PSD estavam nela, o que é espantoso, vinte anos depois de terem dado os primeiros passos. Chegaram onde chegaram outros partidos europeus com muitas décadas para lá chegarem. O poder local está obsoleto, quer na sua forma de gestão, quer na forma de eleição, quer na forma de funcionamento, a falta de visão na reorganização dos parceiros económico sociais, nomeadamente os patronais, e depois os exemplos, da administração publica, com a dificuldade de adaptação em muitos casos à realidade e da justiça, que em rigor só surgiram como prioridades há menos de uma década a esta parte.

O terceiro desafio foi a Europa. A Europa era tradicionalmente vista como diziam os ingleses... "overseas", era o que se passava do outro lado. Depois começaram pouco a pouco a corrigir, por força das circunstâncias, embora com pouca vontade, e nós também - havia "overseas", havia realmente Bruxelas, a Europa era a boa negociação em Bruxelas, não passando durante muito tempo pela cabeça dos portugueses que a questão europeia era uma questão que tinha uma frente interna natural e da qual dependia todo o espaço de negociação. O maior talento negocial não podia suprir as deficiências internas.

E no plano interno era o quê? O controlo das contas públicas, a capacidade de convergir economicamente com a Europa, a capacidade de refazer as reformas dos sistemas sociais, a capacidade de redefinir o regime económico. Isto não se podia negociar em Bruxelas, e durante um tempo, ali no final da década de oitenta, princípio da década de noventa houve a ilusão, em sectores de opinião publica, de repudiar coisas em Portugal de que não se soubesse em Bruxelas, neste mundo de tempo real, como se não se soubesse primeiro em Bruxelas do que por parte da maioria esmagadora dos portugueses. É evidente que a frente externa é importante, é importante a atenção e o combate ao tropismo pro-directorio que subverte o ideal europeu originário da solidariedade, é importante saber o peso relativo das várias instituições europeias, que em si mesmas não têm a mesma relevância em termos de Portugal. Independentemente de hoje o presidente da comissão ser, e a meu ver bem, e a dever ficar, um português, a comissão é tendencialmente mais importante para um país como Portugal do que obviamente o Parlamento Europeu. O Conselho pode ser ou não, depende das circunstâncias e das matérias. O alargamento e as consequências do alargamento, a redefinição da política de alianças - os nossos aliados já não o são, pode ser que a Irlanda volte a ser, tal como a vida está, mas deixou de ser há algum tempo, e a Espanha deixou de ser, passou a ter o estatuto de potência e de vez em quando faz apelo aos fundos estruturais quando lhe convém - os novos aliados serão alguns países do alargamento e não outros.

Compete-nos a nós, feita a opção europeia, em relação ao euro como em relação a outras cooperações forçadas, fazer o que depender de nós, para não sermos marginalizados e distanciados, porque seremos irreversível e longinquamente distanciados, porque outros passarão à nossa frente, os países do alargamento. Isso tem consequências irreparáveis.

Finalmente a economia de mercado, embora com preocupações sociais. Entra um governo e redefine as regras do jogo, e o que é facto é que, a definição das regras tem sido difícil de consensualizar e no entanto é fundamental, é um dos traços essenciais das economias europeias, as mais ricas e mais estáveis. A capacidade de definir os termos da regulação, é uma realidade muito nova, vai contra a lógica da administração pública portuguesa, é uma importação que vai contra a nossa cultura cívica, e não se quer aceitar os termos dessa realidade. Portanto fica a meio caminho.

E depois, naturalmente, o repensar uma administração pública, que não foi repensada, foi o palco de um acordo tácito entre os dois maiores partidos. Os dois maiores partidos, ambos precisando do poder político e da administração publica decidiram não tocar na administração herdada do partido alternante, colocando apenas na prateleira e por isso temos prateleiras sucessivas que não são prateleiras de pessoas mas de instituições, portanto, é possível, como provavelmente nas escavações arqueológicas, encontrar camadas de instituições que correspondem às varias vivências governativas que depois são retocadas com outros nomes, repescadas noutro contexto. Esse pacto próprio de partidos de cartel, que os dois têm de se entender entre si, e precisam do apoio público, do financiamento público, do poder público, explica porque não se toca verdadeiramente, nas regras de funcionamento principais, ou não se tocou até há muito pouco tempo, quer no poder local, quer na administração central.

E depois, naturalmente e até há muito pouco tempo a questão da segurança social, ainda hoje a questão da definição das regras na saúde, e a definição das regras na educação. O que se faz são intervenções impressionistas e casuísticas na educação mas sem se fazer o grande debate sobre como deve ser a educação.

Este quarto ciclo vai a meio, é um ciclo fatídico em termos

A lusofonia, é um traço histórico da sociedade portuguesa, e um traço histórico que sobreviveu a regimes, sobreviveu às diversas vicissitudes, que se traduziu numa maneira de estarmos e de actuarmos e de intervirmos e o termos uma posição de mais-valia comparativa relativamente ao mundo euro-atlântico em que nos movemos.

eleitorais, porque nele se concentram em tempo recorde quatro eleições, uma que normalmente não teria uma conotação política nacional muito evidente mas passou a ter, para o Parlamento Europeu. Duas outras, que têm quase sempre conotação nacional, embora uma delas ofusque a outra na medida em que a proximidade ou simultaneidade acabe por dar às legislativas uma maior importância, pelo menos em termos globais. E logo a seguir uma eleição presidencial, e pelo meio, pela lógica do funcionamento tradicional da constituição, uma curta janela de oportunidade entre dois semestres marcados por impossibilidade de intervenção presidencial relativamente à composição do parlamento. A que corresponde ao primeiro semestre a seguir à eleição do parlamento, a que corresponde ao último semestre do mandato presidencial.

Terminando um ciclo em 2015, os anos que se seguem são particularmente complicados. Temos três anos dos seis que faltam para o termo do ciclo, que bem podem não ter alteração significativa ou apreciável nas questões estruturais que permaneceram até hoje. De facto, neste quarto de ciclo, o que encontrámos foi o delinear de uma reforma da administração pública começando pelo fim, isto é, começando pela reorganização de algumas estruturas e a afectação de pessoas, sem definição de fins, que eu acho uma forma originalíssima de fazer uma reforma da administração pública. Tem que se começar por se saber que fins prossegue a administração pública, isto é, o que deve ser público e o que deve ser privado. Com alguma estabilidade para não ser rediscutido a cada mutação eleitoral. Depois no que é público, o que é nacional, o que é regional, o que é local, outra coisa que temos tido uma dificuldade em definir. No plano regional, porque há expansividade das autonomias regionais, no plano local, porque há instabilidade das autonomias locais, que também convém ao poder central. Sempre se trata de aligeirar responsabilidades sem ter que pagar, sem ter de cobrir financeiramente. E portanto temos sectores como a educação, como parte da solidariedade social, pelo menos estes, com indefinição ainda hoje muito grande em termos de intervenção do que é nacional e do que é local. Depois do que é nacional, o que é Estado e o que são outras entidades que o Estado cria e predefine. O que deve ser instituto público e o que deve ser empresa pública no sentido amplo do termo - quer a entidade pública empresarial, quer formas societárias do domínio público. Como se deve definir para efeitos de regulação, que domínios devem ser regulados, e como? Porque a regulação económica tem uma determinada lógica e a regulação social tem outra lógica. A regulação da saúde para ser bem sucedida e não ser uma realidade inexistente, ou a regulação na educação, supõe definições prévias. Só depois de se saber quais são os fins prosseguidos, é que faz sentido dizer que instituições devem ser remodeladas ou recriadas ou reajustadas. E depois que recursos humanos, financeiros e técnicos devem ser afectados a essas instituições. Aqui não, começou-se pelos recursos, passou-se à organização, porquê? Porque era complicado discutir os fins. Como era polémico na composição parlamentar actual, era quase impossível discutir, porque provavelmente não havia uma maioria substancial e coerente para o fazer, e não foi feito.

Outro domínio em que houve passos positivos, há que dizer, são os primeiros passos da segurança social. Houve apesar de tudo o começar de equacionar fórmulas que remodelassem a visão originária da segurança social pública, exclusiva, aliás, por força das circunstâncias do próprio momento vivido. Em todos os demais domínios o mais discutido agora é a justiça, obviamente, mas nos demais domínios infelizmente a realidade persistiu. Soma-se a isto uma outra realidade, muito relevante, que é a realidade da exclusão social. Quando se pensa no país, há uma fatia que está excluída e vai ficar excluída, duradouramente. Anda à volta de vinte por cento, pode subir em tempo de crise, pode diminuir um bocadinho fora de crise, mas as consequências em termos de coesão social desta visão são gravíssimas. E são consequências não apenas sociais ou económicas, mas culturais e políticas. Mais visíveis em tempo de crise duradoura do que em tempo que não é de crise. Mas há aqui uma opção obviamente de justiça social, a coesão social não é só um imperativo de estabilização cívica, politica, económica e social, é também de justiça social.

Escolha, essa é uma questão fundamental, como é fundamental discutir uma coisa que nunca se discute em Portugal: as reformas da educação são reformas de processo, não são de conteúdo. Discute-se o processo, não o conteúdo, não aquilo que deve ser, são reformas que impõem dirigismo pedagógico, o que é o contrário do que se pretende numa sociedade mais plural, mais flexível e mais inovadora.

Por onde começar? Porque dir-se-á que é tudo importante e tudo ao mesmo tempo, e aparentemente é muito importante a matéria da coesão social, é muito importante a estratégia europeia, é muito importante a renovação dos partidos, e a alteração do país político, a responsabilidade e a governabilidade, os tribunais, o sistema de governo, tudo.

Eu se tivesse de escolher, no quadro em que nos movemos, pois não somos um país isolado, as opções estão feitas, o mundo que existe é este, e o mundo que existe está a mudar. E nós demorámos tanto tempo a fazer mudanças estruturais que ainda vamos ter mais essa dificuldade em fazer ajustes estruturais no quadro de um mundo em mudança. Temos algumas realidades que podemos considerar paramétricas, e para nós que pertencemos ao mundo ocidental enquanto existir, vamos ver o que é o G2, vamos ver qual é o papel dos Estados Unidos da América no futuro, e qual vai ser o saldo da sua afirmação daqui a quatro ou oito anos, e não menos importante do que isto, pertencemos à União Europeia. E penso que, e nisso sou europeísta militante, é preferível ter uma Europa forte - sabendo embora que ela todos os dias faz os impossíveis para ser mais fraca - do que tê-la fraca, dividida, dilacerada, recuperando velhos demónios sob outras formas. E no quadro euro atlântico em que nos movemos eu diria que as duas principais opções, não têm a ver com a recuperação imediata da crise,